

IMPLEMENTANDO APONTAMENTOS À TENUÍSSIMA DIVISA ENTRE REPÚBLICA E IMPÉRIO ROMANO

Paulo Martins'

A resenha crítica contida no texto de Farvesani é excepcional. Sua “multiangular” visão nos faz entender com precisão o quadro das mentalidades que produziram “História Antiga” nos séculos XX/XXI e que se debruçaram sobre a compreensão político-econômica do período de 59 a.C. a 14 d.C. (penso em um recorte mais preciso entre o primeiro consulado de Júlio César e a morte de Otávio). Partindo de Flower, Beard e Crawford, Mommsen, Syme, Finley, Potter e Wallace-Hadrill, o autor nos fornece todos os elementos necessários para compreendermos parte de sua posição diante de sua questão: *devemos entender o principado de Otávio como ruptura ou como continuidade da República?*

Como cioso historiador, F. não se deixa levar por ilações de nossos contemporâneos ou de nossos mestres modernos. Antes, com habilidade ímpar, percorre seara antiga, colhendo ele seu próprio manancial argumentativo, ou melhor, seu arsenal crítico, pois que solapa a bela metáfora de Harriet Flower que associa a periodização com marcas de pontuação e/ou referências às estruturas textuais. Em que pese a capacidade da historiadora de cujas obras² sou particularmente devedor, F. realmente desconstrói a imagem.

Mas, por outro lado, é justamente em torno da metáfora proposta por ela, comparando o interstício entre República e Império, que F. irá propor sua leitura dessa periodização. Sem jamais se esquecer e este é um ponto fundamental de seu texto que o fazer histórico é sempre um fazer interpretação e não a descrição de realidade, afinal, desde muito tempo, sabemos que a história é texto³ e como tal não sobrevive ou subexiste autonomamente, isto é, a História está sempre subordinada ao seu descritor – o historiador, portanto sempre é interpretativa, portanto sempre opera o verossímil e o provável – categorias retóricas, logo discursivas. Nesse sentido, diz F., colocando-se

1 USP

2 The art of forgetting (2006) e Ancestor masks and aristocratic power in roman culture (1996).

3White (1994, 97-116).

criticamente diante de certa, digamos, arrogância intelectual: *parece que os historiadores criaram com sua periodização (e crença muito comum que a análise que fazem é a realidade e não a sua interpretação) uma ruptura na vida das populações e territórios dominados por Roma – para todas as populações e para todos os territórios.*

Fato é que a argumentação apresentada me é suficiente para não duvidar de sua tese, i. e., não podemos acreditar em ruptura, logo não podemos imaginar que há entre Ácio e a morte de Augusto, um dissenso no modelo político seja ele qual for. Não é possível entender esse estreito hiato temporal como vírgula, ponto-final, dois pontos, ponto e vírgula, linha, parágrafo ou capítulo. Ao contrário, todos os eventos inseridos no hiato, parecem apontar para uma continuidade multifacetada e de mão dupla que ora evoca uma retroação, ora indica uma subordinação, ora se atém à sobreposição. Ou ainda, a mesma continuidade multifacetada vê-se ligada à justaposição, à parataxe, à coordenação, sem deixarmos de observar que a vemos, muita vez, flertando com *poikilia*, com o plasma, ou simplesmente com a névoa.

Assim a representação visual apontada por F., afora apontar para um gosto estético que hoje não é mais o meu, já que dialoga com uma poesia datada dos 60-70 – penso no concretismo dos irmãos Campos, de Décio Pignatari e outros –, é efetiva e eficientemente didática e esclarecedora, dado que aponta para multiplicidade de “Repúblicas” e de “Impérios” que interagem, se submetem, se subvertem, se subordinam e se misturam em estreitas relações linguístico-culturais e econômico-políticas. Talvez, neste último ponto especificamente, possamos e devamos especificar quais pontos desses “Impérios” ou “Repúblicas” são afeitos a esta dinâmica referendada pelo *diagrama* que F. propõe. Da mesma forma que as “Repúblicas” e os “Impérios” são múltiplos e interagem e, isto já foi apresentado com lauto aparato argumentativo, é nossa obrigação apontar pelo menos alguns elementos desses contatos entre um e outro momento que tornem mais sólida a representação de F. para a periodização.

Dito isso, ou seja, concordando plenamente com F., creio que devemos pensar em outras questões que ao mesmo tempo que solidificam a argumentação apresentada, afastam ainda mais esta limitada preocupação da periodização, acoplada a uma taxonomia que continuamente ainda vem sendo reproduzida, como por exemplo em Matthew D.H. Clark,⁴ quando propõe a morte da República.

Por outro lado, Werner Eck⁵ parece-me apontar para uma ideia bem interessante, apesar de não tão ampla como a de F., tendo como ponto de partida as supostas posições antagônicas entre Agripa e Mecenas no que diz respeito ao formato político de Roma nesse período, ou seja, de um lado, isto é, sob a perspectiva de Agripa, a restauração da República é fundamental e, de outro lado, sob o ponto de vista de Mecenas, urge a criação de um novo modelo político. A ideia que, parece-me, suplantou uma e outra posição foi a de conciliação entre as duas. Ampliando teríamos nessa conciliação necessária a aplicabilidade do *diagrama de Farvesani*.

J. S. Richardson,⁶ ao tratar do final do 2º triunvirato aponta para o mesmo argumento, apesar de não indicar o período como República, e discute os anos de 29 a 12 como palco da construção do *Princeps*, o que, em certa medida, obtura o consenso da continuidade republicana, mas, em outra, imprime mais clareza ao argumento de Eck, já que o *princeps Senatus* seria o mediador deste novo ordenamento político de uma República restaurada sobre novas bases. Se assim pensamos, os pontos que se deslocam entre as duas matrizes políticas (República e Império), são pontos essencialmente fundados em subestruturas da *auctoritas* de um lado e da *potestas* de outro.

O fato, a meu ver, de termos novas bases, portanto, não significa de forma alguma uma descontinuidade do regime político, ou alteração significativa que possa produzir a ideia de ruptura. Creio que as novas bases da República, a que muitos imprimem a etiqueta taxonômica de Principado, ou equivocadamente de Império, passam por uma série de alterações e

4 Clark (2010, 19-38).

5 Eck (1998, 46 e ss.).

6 Richardson (2012, 80-81).

refinamentos de papéis dentro do teatro político republicano. Na verdade, isso a que chamo de alterações e refinamentos de papéis são facilmente observados nas próprias representações iconográficas de Otávio, cuja característica essencial é a sobreposição de funções, acúmulo de investiduras que em hipótese alguma estão fora do horizonte republicano.⁷ Isto pode ser confirmado ao observarmos a própria afirmação de Otávio nas *Res Gestae* (*Monumentum Ancyranum*), quando ele mesmo propõe uma distinção e tensão entre *auctoritas* e *potestas*: *Post id tempus auctoritate omnibus praestiti, potestatis autem nihilo amplius habui quam ceteri qui mihi quoque in magistratu conlegae fuerunt.*⁸ – Depois desta época, pela autoridade excedi a todos, mas em nada tive mais poder do que outros colegas meus que também exerceram uma magistratura [tradução nossa].

Por sua vez, K. Galinsky⁹ discute a *auctoritas* como o principal conceito para que entendamos o período augustano. Apesar de Galinsky tratar especialmente da história cultural, nesse caso não há como apartá-la da questão política que a ela subjaz. Se a *auctoritas* de Otávio, ou mesmo, sua *potestas* são alvo de representações, isso significa que tais autoridades e poder se não são o cerne de seu governo, são, pelo menos, sua distinção, sua marca. Mais do que isso, as inter-relações necessárias entre essas distinções são muito importantes para o estabelecimento de um verossímil discursivo e iconográfico da República restaurada por ele representada. Ainda em *Augustan Culture*, G. diz que os poderes (*potestates*) não são enfatizados nas *Res Gestae*, afinal são eles poderes transacionais para operação do governo. Esses não devem ser negligenciados, pois são realmente necessários, mas são secundários diante da *auctoritas* que Augusto busca construir¹⁰. Seja como for, havendo ou não, a supremacia da *auctoritas* sobre a *potestas*, quais delas (*auctoritates* ou *potestates*) são tipicamente republicanas e subexistem no “Império”? Quais delas são especialmente imperiais e, portanto, fora do quadro de investiduras que temos

7 Martins (2011, 135 e ss.).

8 Aug., Anc. 6.21.

9 Galinsky (1996, 10-41).

10 id. *ibid.*, 16.

na República? Ou ainda, entre as primeiras, em quais houve alteração de sua aplicabilidade, em quais houve uma manutenção?

Se fizermos um inventário de poderes e autoridades teremos: a) em 43 a.C., filho adotivo de Júlio César que produzirá como consequência – *Caesar diui filius*; b) ainda em 43, passa a ser *propraetor*, logo um magistrado *cum imperio* e ganha seu primeiro consulado; c) em 39, coloca-se sob proteção de Apolo, logo como tal será figurado; d) em 31, torna-se cônsul pela segunda vez e vence Marco Antônio em *Actium*; em 29, é celebrado um triplo triunfo; e) em 27, restitui a República ao Povo; recebe uma enorme província proconsular; ganha um escudo de ouro que simboliza sua virtude, clemência, justiça e piedade e recebe o título de Augusto; f) em 23, recebe o *imperium maius* e a *tribunicia potestas*; g) em 2, passa a ser *Pontifex Maximus* e passa a ser o *pater patriae*.

Vale lembrar as palavras de Catherine Salles a respeito dessas duas esferas de investiduras:

La nuance entre les deux termes est claire : la *potestas*, pouvoir constitutionnel, renvoie aux prérogatives égales entre les détenteurs d'une même magistrature. Il est vrai qu'Auguste, en tant que consul, a exactement la même *potestas* que ses collègues (la nuance est qu'il est titulaire d'autres magistratures, ce que lui donne des pouvoirs d'ordre varié!). Quant à *l'auctoritas* (mot de la même famille qu'Auguste), ce n'est pas un pouvoir institutionnel, mais une prépondérance morale, une supériorité dans tous les domaines d'action réservés aux magistrats et qui donne à son bénéficiaire un prestige inégalable dans les domaines religieux et moraux.¹¹

Se observarmos atentamente tanto as investiduras que lhe garantem *potestas*, como as que lhe conferem *auctoritas*, tanto são encontradas na República, como podem ser concedidas no “Império”, à exceção do título de Augusto. Este último talvez seja o forte argumento para aqueles que defendem a existência da ruptura, entretanto, o mesmo ano de 27, vale lembrar, é o ano da restituição da República ao Povo, evento que simbolicamente traz o inusitado da outorga do título ao caminho da normalidade institucional republicana. Outra questão se impõe, apesar de *auctoritas* ser algo importante dentro da estrutura

¹¹ Salles (2000, 60).

de poder, ela não é mais do que simbólica, enquanto a *potestas* não, pois ela é absolutamente institucional. De sorte que Galinsky propõe que “a *auctoritas* significava, como antes, o tipo de substância sobre a qual a influência real é baseada”, entretanto ela é, pelo que compreendo, substância simbólica. Daí não opera ruptura institucional, mas tão somente um uso inovador de mecanismos de conservação e ampliação do *carisma* do governante. Por sua vez, as *potestates* não, elas dão ao governante a possibilidade de governar, e daí, nesse hiato sobre os quais nos debruçamos o *imperium* continua sendo *imperium*. A *tribunicia* permanece como antes. O pontificado não sofreu percalços ou alterações. E ser *pater patriae* não é diferente para Camilo (386 a.C.), para Cícero (63 a.C.), para Júlio César (44 a.C.) ou para Augusto (2 d.C.).

Um contra-argumento possível é a afirmação de que a República convergiu para um “estado absolutista” (em que pese o absoluto anacronismo), em que tanto a *potestas*, quanto a *auctoritas* estavam a serviço de um só homem, somado a outro contra-argumento que é afirmação que todo aparato político republicano de que se valeu Otávio no seu governo era mera dissimulação. M. Grant, por exemplo, ao falar de 27 nos diz: “Em meados desse período¹² ele declarou a ‘transferência do Estado para livre disposição do Senado e do povo’, conquistando com isso a reputação errônea, embora aparentemente plausível, de restaurador da *res publica*, ou sistema ancestral”¹³ (grifo nosso). O juízo de valor proposto pelo historiador “reputação errônea” referenda a ideia inicial de F. ao dizer que muito pensam ser, ao historiar, arauto da verdade, e não, um analista de eventos.

A despeito do “personalismo de acúmulo” – inquestionável, diante de vasta documentação e rica manancial material – evocado por Otávio, não me parece decoroso também chamarmos a República Romana de exemplo da democracia moderna, como a própria C. Salles¹⁴ sugere ao propor que “a República romana repousava sobre um colegiado de poderes e sobre a ponderação de atribuições”. Também, por sua vez, não é conveniente afirmar

¹² Oito primeiros anos após Ácio, isto é, 31 – 23 a.C.

¹³ Grant (1987, 218-219).

¹⁴ Salles (1990, 114-115).

peremptoriamente “A partir de então, por uma longa e gradativa série de medidas experimentais e pacientes, Otaviano criou o principado romano, sistema de governo que, embora não dispensasse as formas republicanas, dependia em última análise dele próprio, como o primeiro homem do Estado (*princeps*) e permitia que mantivesse absoluto controle se todos os assuntos, nos seus aspectos essenciais”¹⁵, como Grant propõe.

Seja como for, optando-se pela ruptura/fim da República, ou dando-se a ela sobrevida, pelo menos, durante o Principado de Augusto, já que a tese do Império a partir de Tibério parece-me mais sólida, fato é que não podemos aceitar que as transformações ocorreram durante o hiato a que me propus analisar ou atinjam a todos indistintamente em todo o território governado por Roma, ou revelem de maneira linear e ortodoxa uma fronteira periodizada precisa e sem névoas.

Não devemos, portanto, entender esse processo, como vimos, graficamente expresso pelo diagrama de Farvesani de forma linear e simplista. Antes, devemos entendê-lo como processo/período em que existe um quadro de relações complexas em constante interação, sediado principalmente nas estruturas da *potestas* e da *auctoritas*, perpassando pelas investidas, pelo Senado e pelo povo romano, excluindo sim, muita vez, nossas leituras modernas e nós sim, amiúde, equivocados e/ou obturados por nossa arrogância.

Bibliografia

AUGUSTO (1998). *Res Gestae Divi Augusti*. Translated by F.W. Shipley. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

CIZEK, E. *Mentalités et institutions politiques romaines*. Paris: Fayard, 1990.

CLARK, M.D.H. *Augustus, first roman emperor*. Bristol: Bristol Phoenix Press, 2010.

EDMONDSON, J. ed. *Augustus*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009 .

ECK, W. *The age of Augustus*. Oxford: Blackwell, 2007.

¹⁵ Grant (1987, 218).

GALLINSKY, K. *Augustan Culture*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

GRANT, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

MARTINS, P. *Imagem e poder. Considerações sobre a representação de Otávio Augusto*. São Paulo: Edusp, 2011.

RICHARDSON, J. S. *Augustan Rome 44 BC to AD 14 – The restoration of the republic and the establishment of the empire*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012.

SALLES, C. *L'antiquité romaine. Des origines à la chute de l'empire*. Paris: Larousse, 2000.

WHITE, H. *Trópicos do discurso*. São Paulo: Edusp, 1994.

YAVETZ, Z. *César et son image. Des limites du charisme en politique*. Paris: Belles Lettres, 1990.

